

## **EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO: INVENTÁRIO DA DEVASTAÇÃO**

**[ROBERTO LEHER (ORG.)]**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.55685>

Débora Sabina da Silva Geraldo<sup>1</sup>

Título: Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação

Organização: Roberto Leher (org.)

Cidade e editora: São Paulo: Expressão Popular

Ano de publicação: 2023

Páginas: 272

O livro *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação*, publicado em 2023, foi organizado pelo professor doutor Roberto Leher. Com longa trajetória em defesa da educação pública, Leher é doutor em Educação e professor titular da Faculdade de Educação e do programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenador do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação – Colemarx-, colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, pesquisador do CNPq e Cientista de Nosso Estado, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A escrita dos capítulos foi realizada por integrantes do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx) e do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec). A discussão teórica está em 11 capítulos: 1. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente; 2. Guerra cultural e seus efeitos na educação pública brasileira; 3. Aparelhos privados de hegemonia empresariais e guerra cultural na educação brasileira; 4. Formação da classe trabalhadora; 5. Educação do Campo: mais do que modalidade, disputa de projetos; 6. Base Nacional Comum, setores dominantes e guerra cultural; 7. Formação docente: perspectiva instrumental, trabalho docente e contrarreformas educacionais; 8. Trabalho docente, pandemia de covid-19 e investidas contra os direitos trabalhistas; 9. O financiamento da Educação Básica no governo Bolsonaro em tempos de financeirização do capital; 10. Educação Superior pública federal no governo autocrático; 11. Forjando alternativas diante da ofensiva autocrática do governo Bolsonaro.

As reflexões nos fazem adentrar no cenário da devastação durante o Governo Bolsonaro (2019 a 2022), mobilizando memórias construídas pelas experiências do leitor em um período recente, ao mesmo tempo em que há a imersão em uma análise com rigor teórico acerca da realidade. A complexidade da abordagem sobre a educação tange problemáticas cruciais com uma articulação harmônica entre os

capítulos. Considera-se que o governo Bolsonaro esteve imerso em uma guerra cultural, com tensões políticas e sociais desfavoráveis à educação pública e à classe trabalhadora. A análise crítica aborda ataques neofascistas e sua relação com a guerra cultural no contexto brasileiro, em que há o capitalismo dependente e a autocracia burguesa. O compromisso social dos autores na busca pela construção de conhecimento que promova contribuições para a classe trabalhadora nas lutas sociais também é evidente.

No primeiro capítulo, Roberto Leher e Maria Santos dão um panorama das problemáticas cruciais que permearão as discussões no decorrer do livro. São apresentados os temas, categorias de análise e são pontuados capítulos nos quais os temas serão aprofundados. Os autores refletem sobre a eleição do Bolsonaro e sua conexão com as relações históricas e sociais constituídas ao longo do tempo. Os retrocessos vividos são percebidos em conexão às crises capitalistas mundiais e ao capitalismo dependente. A análise sobre a educação é feita de forma ampla, com diversos dilemas sociais em meio às lutas de classes, contradições e resistências. São considerados, na lógica da devastação, os conflitos no interior do bloco no poder, as consequências da autocracia burguesa para a educação pública, a manifestação material das disputas ideológicas, a guerra cultural com marcas do fascismo, a raça e classe dos mais atingidos e o Darwinismo social. Os autores afirmam que foram usados diversos métodos para atingir a educação em meio à guerra cultural e descrevem alguns deles. As marcas de um governo com cunho fascista são evidenciadas na análise sobre o Ministério da Educação, com destaque para as mudanças constantes dos ministros e suas perspectivas, ações, projetos, estratégias, disputas e políticas. A mercantilização da educação também é tratada no primeiro capítulo e alguns confrontos entram em destaque.

Escrito por Inny Acciolly, Amanda Silva e Simone Silva, o segundo capítulo focaliza as consequências da guerra cultural na educação pública. A educação é percebida em meio às lutas de classes com tensões nas frações das classes, e em meio às disputas pela hegemonia de um projeto societário. Ao longo do texto, são feitos apontamentos sobre as marcas da guerra cultural, os diversos modos pelos quais a guerra cultural se manifestou e as tensões vivenciadas. Há o destaque para conquistas na área educacional e para o fato de que, muitas delas foram percebidas como ameaçadoras por alguns setores sociais. As autoras também sinalizam: os momentos de reestruturação da direita; a movimentação dos militares após a ditadura empresarial-militar; como a esquerda permaneceu sendo alvo da extrema direita; as movimentações favoráveis à eleição do Bolsonaro; os fatores em destaque na guerra cultural com Bolsonaro. As políticas para a educação são percebidas como intrínsecas à guerra cultural. Accioly, Silva e Silva realizaram análise sobre algumas políticas educacionais, situações de perseguições e violências, o uso de plataformas *online*, além dos entraves para acesso ao ensino superior.

O terceiro capítulo, escrito por Maria Carolina Andrade e Vânia Motta, incide sobre a guerra cultural na educação durante o governo Bolsonaro, focalizando os aparelhos privados de hegemonia empresariais. Percebe-se a existência de perspectivas em comum nas trincheiras e frentes, apesar das diferenças que as constituem. Neste capítulo, a disputa pela hegemonia na educação ganha evidência e são destacadas situações com diversas movimentações nas correlações de forças, envolvendo acordos e divergências com diversos atores.

Gawryszewski, Figueira, Lamarão, Bovolenta e Mendes construíram o capítulo quatro com o foco na formação da classe trabalhadora. É analisado o discurso hegemônico das frações das classes dominantes e os autores abordam, de forma sintética, a crise aprofundada em 2013 e a construção do golpe pelos blocos no poder. As medidas concretizadas pelo Estado após o golpe e suas implicações para os trabalhadores são abordadas, com destaque para os ataques aos direitos sociais e trabalhistas e ao campo educacional. Na análise sobre a educação, entram em evidência importantes dilemas relacionados ao Novo Ensino Médio e à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A relação entre a juventude e o mundo de trabalho é abordada e, posteriormente, adentra-se nas peculiaridades das políticas do governo Bolsonaro ao tratar da juventude e as proposições de parlamentares bolsonaristas. Também se adentra nas problemáticas em torno do encarceramento.

As autoras Clarice Santos e Marlene Sapelli situam o leitor do quinto capítulo nas especificidades da educação do campo. Com reflexões sobre as relações sociais capitalistas e suas implicações para a classe trabalhadora, pontuam o desmonte de conquistas que outrora os trabalhadores tiveram e como isso “... tem exigido o fortalecimento da organização coletiva para a luta e, nesse contexto, um reposicionamento da educação na luta de classes.” (SANTOS; SAPELLI, 2023, p. 99). Consideram que a eleição do Bolsonaro teve apoio das forças do poder que buscaram no golpe de 2016 um novo consenso político. Com Bolsonaro, houve o direcionamento para pôr em prática os objetivos do golpe e o Estado capitalista demonstrou sua *destrutiva ilegalidade* em diversas áreas, incluindo a educação do campo. A educação do campo é pensada em meio à disputa de projetos. Dois destes estão em destaque no desenvolvimento do capítulo, o que é vinculado ao agronegócio e o da Reforma Agrária Popular. Uma breve análise histórica das políticas de educação do campo é realizada, posteriormente, há o foco no governo Bolsonaro. São observados os objetivos e estratégias do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia empresariais do campo que foram afetando a classe trabalhadora.

Maria Carolina Andrade, no capítulo sexto que tem por título “Base Nacional Comum, setores dominantes e guerra cultural” ressalta que, apesar das singularidades existentes no governo Bolsonaro, “a existência dos traços reacionários e ultraconservadores na educação brasileira antecede o bolsonarismo” (ANDRADE, 2023, p. 121). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entra em discussão como um exemplo desta concepção, com considerações sobre a história da construção da BNCC e disputas na sociedade civil e política. Há destaque para ações e percepções do Todos Pela Educação, do Movimento pela Base Nacional Comum (MPB), de grupos reacionários e das entidades educacionais defensoras da educação pública. Há considerações sobre o modo pelo qual ocorreram mudanças na correlação de forças nas disputas pela BNCC entre grupos reacionários e liberais. Segundo Andrade, a guerra cultural foi se constituindo em meio à crise do capital e antes do Bolsonaro estar em evidência, com grupos reacionários em atuação na pequena política. Pontua-se a necessidade da luta dos trabalhadores pela educação na grande política.

Delgado, Magalhães e Piccinini construíram o sétimo capítulo em torno da temática da formação docente, dedicando-se à compreensão dos projetos de sociedade atrelados às disputas pela formação docente; da conexão entre a BNCC e as políticas para a formação dos professores; das relações entre o

mundo do trabalho e o capital e o modo pelo qual há o exercício do magistério. A construção do currículo para a formação de professores é percebida no bojo de intensas disputas. As autoras abordam a construção da Base Nacional Comum Curricular, da Base Nacional Curricular da Formação docente e da Base Nacional Curricular da Formação continuada da formação continuada, considerando que possuem conexões. Entram em destaque as proposições do setor mercantil para a formação docente e implicações contrárias à perspectiva sócio-histórica. As autoras demonstram como o viés empresarial foi se constituindo nas políticas atuais de formação docente e as perspectivas subjacentes, ainda que tenhamos tido resistências de entidades da educação. Há a reflexão sobre as interferências da formação docente que está em vigor no trabalho docente.

As reflexões sobre o trabalho docente durante a pandemia de covid-19 são feitas por Amanda Silva no oitavo capítulo. A autora contextualiza as transformações do mundo do trabalho nos últimos anos que afetaram todos os trabalhadores, com intensa precarização e ataques aos direitos. Ressalta que, com as crises do capital, a pandemia e as ações do governo do Bolsonaro, houve o aprofundamento da precarização do trabalho dos docentes, especialmente com o uso das plataformas digitais. O capítulo incide sobre o “precariado professoral” e destaca como ocorreram as intensas precarizações nas relações de trabalho. Também ressalta que as políticas governamentais tiveram ações coerentes às indicações de organismos internacionais e coalizões empresariais. A autora termina o capítulo com destaque para a relevância da luta coletiva.

Rafaela Sardinha e Fabio Araújo aprofundam-se na temática do financiamento da educação básica no contexto de financeirização do capital. No capítulo 9, abordam o governo Bolsonaro tendo atenção para a “... condução da política econômica pelo governo, o orçamento das políticas sociais, ao cenário mundial de financeirização do capital e aos objetivos do deslocamento da educação para o teatro de operações da ‘guerra cultural’”. (SARDINHA; ARAÚJO, 2023, p. 161). Os autores contextualizam as políticas de “austeridade fiscal” a partir golpe e com as crises econômicas que se aprofundaram desde 2014. Consideram que a educação básica foi um meio para haver a utilização do fundo público a favor da valorização do capital privado, através de parcerias com o Estado. No decorrer do capítulo são aprofundadas reflexões sobre o papel fundamental do Estado para a reprodução das relações sociais capitalistas financeirizadas e como as políticas sociais encontram-se neste processo. Também pensam sobre a conexão entre a financeirização do capital e a diminuição dos investimentos na educação básica pública. São abordados impactos de emendas constitucionais para os investimentos na educação e as diversas disputas na sociedade civil e política em torno do novo Fundeb. Também é feito um histórico da busca do governo Bolsonaro em implementar a política de *vouchers* em conexão com políticas neoliberais de outros países, buscando fazer uso do fundo público para valorizar o capital.

No décimo capítulo, Simone Silva, Roberto Leher, Rafaela Sardinha, Andreia Cruz e Luciane Nascimento focalizam a educação superior pública Federal. Os autores percebem que, durante o governo Bolsonaro, gigantescos ataques da guerra cultural foram direcionados às universidades. A ideologia e a materialidade da guerra cultural são abordadas no capítulo de forma minuciosa, com destaque para os ataques da extrema-direita à imagem das universidades públicas federais, as dificuldades em relação ao

orçamento e a busca por modificar a função das universidades, além das investidas prejudiciais aos servidores e discentes. Compreende-se que mudanças nas relações sociais interferem no modo de organização das universidades e, há a necessidade de disputar as universidades, considerando que o Ensino superior “... é um espaço de crítica, que pode resultar em resistência na defesa dos direitos e da função social da universidade pública.” (SILVA, *et al.*, 2023, p. 213)

O último capítulo, escrito por Roberto Leher, é um alento após penetrarmos no cenário da devastação. Busca-se pensar “...como organizar e produzir ideias, em curto prazo, que mobilizem – e instem à ação – grandes massas em prol da democracia e do bem-viver frente aos intentos neofascistas da guerra cultural, de ruptura institucional e do extremo neoliberalismo do governo Bolsonaro” (LEHER, 2023, p. 215). Destaca-se a relevância do protagonismo dos movimentos sociais na construção do senso comum a favor da educação pública, da igualdade e democracia. Há a reflexão sobre as articulações do bloco no poder e o governo Bolsonaro com seus afastamentos e aproximações. As atuações do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública também entram em evidência, levando o leitor a compreender sua relevância através do resgate da memória de lutas e conquistas a favor da educação pública. Em meio às dificuldades recentes de organização dos trabalhadores e o fortalecimento da agenda do capital no campo educacional, pontua-se a necessidade urgente de organização dos que defendem a educação pública “... sob perspectivas universais que somente os que vivem do próprio trabalho e são explorados têm condições de levar adiante.” (LEHER, 2023, p. 236)

A leitura do livro *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação* é extremamente recomendada para pensadores e profissionais da educação, pois dá subsídios sobre as problemáticas cruciais que permearam o governo Bolsonaro e têm continuidade na contemporaneidade. Escrito no calor do governo Bolsonaro, o livro trata das movimentações no Estado em sentido ampliado pelas quais a classe trabalhadora precisa ter atenção e enfrentar. As discussões são fundamentais para compreender as imensas disputas no campo educacional enfrentadas nos últimos anos, para entender o presente e forjar alternativas para o futuro da educação e da sociedade como um todo. A busca por transformações a favor da classe trabalhadora e por uma real democracia requer a organização e conhecimento da realidade. Engendrar alternativas para além do plano econômico corporativo e combater a atuação da extrema direita no Brasil são grandes desafios do tempo presente. O livro colabora para que os leitores possam pensar o papel da educação e construir alternativas de forma coletiva.

A derrota do governo Bolsonaro de características neofascistas através da eleição do Lula – que assumiu a presidência em 2023 – não diminui a relevância das lutas. Ainda precisamos de intensas mobilizações a favor da educação pública e buscar uma real democracia. O livro traz muitas colaborações ao fazer uma análise rigorosa da realidade e indicar caminhos para as mudanças, ressaltando a necessidade de disputar o campo educacional e construir políticas públicas a favor do povo e não a favor do capital. Mesmo em meio à sociedade capitalista, há a necessidade de conquistas para que a classe trabalhadora possa viver melhor até que possa construir uma nova sociedade em que todos tenham acesso aos bens materiais e simbólicos.

---

**Notas**

<sup>1</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) na linha Estado, Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. É professora de educação infantil do Colégio Pedro II em regime de dedicação exclusiva. Atualmente é participante do Grupo de Pesquisa NUPEI (Núcleo de Pesquisa Experiências e Infâncias) e integrante do Projeto de Extensão do Curso "Ação docente entre experiências e infâncias", ambos do Colégio Pedro II. Participa do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx/UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0197022473327182>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7962-3144>. E-mail: [deborasab85@gmail.com](mailto:deborasab85@gmail.com).

Recebido em: 06 de ago. 2023

Aprovado em: 14 de ago. 2023